

INVESTIGAÇÃO

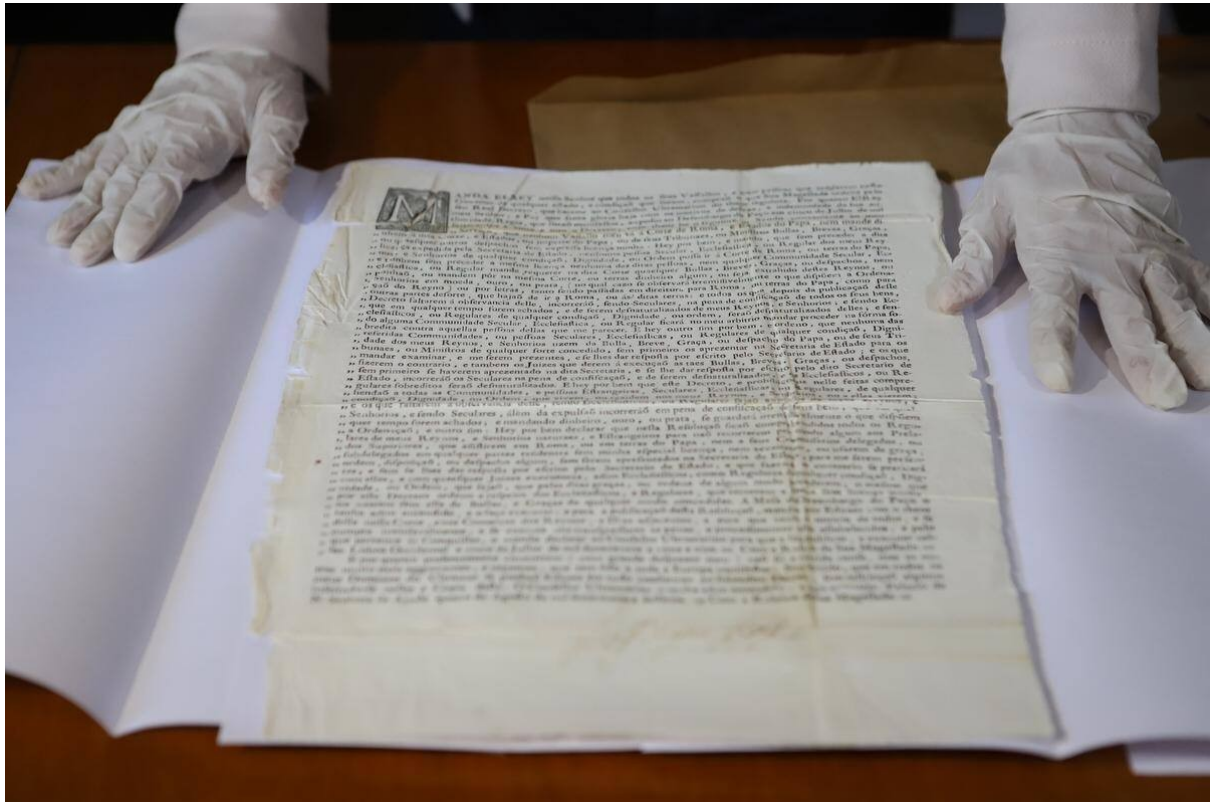
Arquivo Público Mineiro recebe documentos que haviam sido furtados

Parte do material segue desaparecido, incluindo decretos assinados por Tiradentes



Por **Mariana Nogueira**

Publicado em 26 de julho de 2019 | 16h25 - Atualizado em 27 de julho de 2019 | 07h52



Arquivo Público Mineiro recebe documentos que haviam sido furtados — Foto: Ramon Bitencourt

Mais de 280 documentos históricos furtados do acervo de Minas Gerais foram devolvidos ao Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, na tarde desta sexta-feira (25). Os arquivos, em sua maior parte, foram furtados entre os anos de 2015 e 2016 por um homem do Sul do país que se passava por pesquisador. Outras dezenas de documentos, como decretos assinados pelo alferes Tiradentes, ainda estão desaparecidos.

O suspeito, cuja identidade não foi revelada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que conduziu as investigações, foi preso temporariamente em 18 de julho no Rio Grande do Sul. Após os furtos, que aconteceram em partes, ele anunciava os documentos em sites de leilão e realizava as vendas. A maior parte dos arquivos foi recuperada nas casas de compradores nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Quatis (RJ), Pelotas (RS) e Campo Bom (RS). Ao todo, foram nove os alvos dos mandados até o momento e o Ministério Público estima que outros criminosos sejam encontrados nas próximas semanas.

Entre arquivos furtados estão, por exemplo, um comprovante de indulgência de 1784. O documento era vendido pela igreja como perdão divino que garantia a entrada no céu. Também fazem parte dos arquivos apreendidos o decreto para a regulação do Correio, que data de 1805; o Contrato da Fábrica de Pesca de Baleia na Ilha de Santa Catarina, de 1743; e o Impresso do Príncipe Regente sobre condenação a negociantes que reexportam vinho, de 1801.

Segundo a promotora de Justiça, Giselle Ribeiro de Oliveira, houve falha na segurança do arquivo público. “Ficou constado que havia falha na segurança. Muitas questões já foram solucionadas, mas outros gargalhos foram encontrados. Houve uma vistoria técnica do Ministério Público e, feitas as recomendações, hoje entregamos para que haja um incremento. Os documentos são públicos e devem ser consultados, mas isso deve ser feito de maneira a garantir que não sejam subtraídos e privados de toda a coletividade. A recomendação foi para que sejam adotadas todas as medidas de segurança necessárias”, afirmou.

O secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais, Marcelo Matte, garantiu que medidas de recomendação serão adotadas. “Vamos adotar integralmente para que isso não se repita. Vamos adotar todas as medidas, como scanners, câmeras de vigilância, controle de acesso, tudo o que for necessário para manter o arquivo aberto à visitação de pesquisadores ou do público em geral mas com controle. O roubo foi descoberto aqui e sabemos que é uma quadrilha que roubava produtos históricos no Brasil inteiro. Estamos muito felizes mas ainda temos muitos documentos a recuperar”, afirmou.

Os 280 documentos serão analisados pelos historiadores do AMP. Ao menos 70 deles são de comprovado pertencimento à Minas Gerais, mas é possível que arquivos de outros estados tenham sido apreendidos nos montantes, uma vez que os documentos eram vendidos em lotes, e dificilmente em peças separadas.

Todos os compradores dos documentos, tenham agido de boa fé ou não, serão investigados. “Aquele que subtrai o documento ou aquele que, sabendo que esse documento é furtado, vende, está praticando o crime de furto e, por isso, pode ser processado. Aquele que compra o documento sabendo que pode ser um produto de crime, responde por receptação. As pessoas que tenham adquirido de boa fé, às vezes compra na internet e não desconfia que não podia estar sendo vendido, podem não ser processadas, especialmente se promoverem a devolução espontânea desse documento”, afirmou a promotora.

Como checar se arquivo é legal

O Ministério Público recomenda que aqueles que adquiriram algum documento histórico ou pretendem adquirir, tenham a comprovação de que trata-se de um arquivo autorizado para posse particular. Ao adquirir o produto, o comprador precisa pedir ao vendedor a cadeia de

custódia do documento, ou seja, todos os contratos e certificados de posse que garantem a autorização lícita. “Como aquele vendedor teve acesso aquele documento de forma lícita? É como comprar um carro. Você faz essa checagem do antigo proprietário. Tem que verificar como aquele bem foi parar na mão do vendedor. Não é um fato que as pessoas se preocupem, mas é muito importante. Esse comércio ilícito é o terceiro maior do mundo, só perde para armas e drogas”, explicou a promotora do MPMG, Giselle Ribeiro de Oliveira.

Já os sites de leilão utilizados para a mediação de compra e venda precisam ser cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No caso dos arquivos furtados do APM, parte dos sites utilizados estavam em situação irregular perante o órgão e também são alvo da investigação.

Fotos de parte dos arquivos que ainda estão desaparecidos, considerados os mais importantes de serem apreendidos, serão divulgados em um site para que sejam analisados pelos possíveis proprietários. Para acessá-lo: www.patrimoniocultural.blog.br.

As investigações continuam e outros mandados serão cumpridos nas próximas semanas. O Ministério Público recomenda que os que possuem as peças entreguem voluntariamente.

Fonte: <https://www.otempo.com.br/cidades/arquivo-publico-mineiro-recebe-documentos-que-haviam-sido-furtados-1.2214697>